

TECNOLOGIA. EXPERIÊNCIA. RIGOR. | TECHNOLOGY. EXPERTISE. RIGOR.

Registo Central de Beneficiário Efetivo **Central Register of Ultimate Beneficial Owner**

Com a publicação da Lei 89/2017, que aprovou o regime jurídico do Registo Central de Beneficiário Efetivo, foi transposto para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva EU 2015/849 que, em síntese, consiste na criação de uma base de dados com informação sobre as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiro, detêm a propriedade ou o controlo efetivo da propriedade das participações sociais ou o controlo efetivo das sociedades.

Já nos referimos a esta obrigação pela nossa comunicação de 17 de novembro de 2017 e, estando agora a decorrer os prazos para os deveres declarativos de registo, vimos de novo ao assunto apresentando uma solução de serviço para suportar os nossos clientes nesta nova obrigação.

Para tanto, poderão ser auxiliados pela Conceito que executará a dinamização da componente administrativa e logística da operação, tendo sido organizada, também, uma parceria com a sociedade de Advogados Magalhães Pereira e Associados, RL, com quem trabalha habitualmente, e que fará o registo da obrigação legal da declaração a todos os que o solicitarem.

Nesta primeira fase aproveitamos para divulgar o texto infra que sintetiza as matérias que se consideram mais relevantes deste diploma legal e, na fase seguinte, iremos contactar de modo mais personalizado os nossos clientes disponibilizando-nos desde já, através do email ubo@conceito.pt, para alguma questão que entendam desde já colocar-nos.

With the publication of Law 89/2017, which approved the Central Register of the Ultimate Beneficial Ownership legal regime, EU Directive 2015/849 was incorporated into the Portuguese legal system. In summary, it consists of the creation of a database containing information on the singular persons who, even if indirectly or through a third party, hold the ownership, or effective control of the ownership, of the shares or the effective control of the companies.

Having already referred to this obligation in our communication dated by 17th November 2017 and given that the deadlines for declaratory registration duties are now underway, we are coming back to this subject on order to present a service solution to support our clients on this new obligation.

To this end, our clients can be supported by Conceito, who will carry out the logistical and administrative elements of the operation, and who have also organised a partnership with the law firm Advogados Magalhães Pereira e Associados, RL, with whom we work closely, and who will register the legal obligation of the declaration for all those who request it.

In this first phase, we take this opportunity to disclose the text below which describes the most relevant matters of this legal document. In the second phase, we will contact our clients in a more personalised manner, making ourselves available from now on at this email address; ubo@conceito.pt to answer any questions that you may considered to be presented to us.



TECNOLOGIA. EXPERIÊNCIA. RIGOR. | TECHNOLOGY. EXPERTISE. RIGOR.

Registo Central do Beneficiário Efetivo

A Declaração RCBE

Central Register of Ultimate Beneficial Owner

The RCBE Declaration

A declaração RCBE é o ponto central do serviço do registo do beneficiário efetivo. O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. O objetivo é identificar todas as entidades nacionais e internacionais que operam em Portugal, aumentando a transparência, a confiança e a segurança das transações económicas. O serviço de Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) destina-se a identificar as pessoas singulares que detêm o controlo efetivo de pessoas coletivas ou entidades equiparadas.

Estão sujeitas ao registo do RCBE: Sociedades civis e comerciais; Associações, cooperativas, fundações ou outros entes coletivos dotados de personalidade jurídica, que exerçam atividade ou pratiquem atos jurídicos em território nacional (mesmo que apenas ocasionais); Representações de pessoas coletivas internacionais ou de direito estrangeiro que exerçam atividade em Portugal (por exemplo, sucursais); Trusts e sucursais financeiras exteriores registadas na Zona Franca da Madeira; Condomínios com um valor patrimonial superior a 2 milhões de euros ou que seja detida uma percentagem superior a 50% por um único titular, titulares ou pessoas singulares.

Existem algumas entidades que estão expressamente excluídas do registo RCBE:

Sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado ("sociedades cotadas") desde que sujeitas a requisitos de divulgação de informação consentâneos com o direito da União Europeia ou a normas internacionais equivalentes;

The RCBE declaration is the central service point for the Central Register of the Ultimate Beneficial Owner. The Register of Ultimate Beneficial Owner is obligatory for all incorporated entities in Portugal or who wish to conduct business here. The objective is to identify all national and international entities operating in Portugal, increasing the transparency, trust and security of economic transactions. The Central Registration Service of the Ultimate Beneficial Owner (RCBE) is intended to identify the singular persons who have effective control of legal entities or similar entities.

The following entities are subject to RCBE registration: Civil and commercial companies; Associations, cooperatives, foundations or other collective entities with legal personality, that carry out activities or practice legal acts in the national territory (even if only occasional); Representation of international or foreign legal entities operating in Portugal (e.g. branches); Trusts and foreign financial branches registered in the Madeira Free Trade Zone; Condominiums with an asset value above 2 million euros or with a stake of more than 50% held by a single shareholder, joint shareholders or natural persons.

There are some entities that are expressly excluded from the RCBE register:

Companies with shares listed as trading on a regulated market ("listed companies"), provided they are subject to disclosure requirements in accordance with European Union law or equivalent international standards;



Registo Central do Beneficiário Efetivo **A Declaração RCBE** ***Central Register of Ultimate Beneficial Owner*** ***The RCBE Declaration***

Consórcios e Agrupamentos Complementares de Empresas; Condomínios com um valor patrimonial inferior a 2 milhões de euros ou que não seja detida uma percentagem superior a 50% por um único titular, contitulares ou pessoas singulares.

A declaração inicial do beneficiário efetivo (BE), pelas entidades sujeitas ao RCBE, é efetuada online no Portal da Justiça.

A declaração inicial de BE deve ser efetuada nos prazos a seguir indicados:

Para entidades constituídas até 1 de outubro de 2018

A primeira fase para a declaração inicial teve início a 1 de janeiro de 2019 e deve ser efetuada até ao dia 30 de junho de 2019, de forma faseada, nos termos seguintes:

- a) Até 30 de abril de 2019, as entidades sujeitas a registo comercial;
- b) Até 30 de junho de 2019, as demais entidades sujeitas ao RCBE.

Para entidades constituídas após 1 de outubro de 2018

No prazo de 1 mês contado a partir do facto que determina a sujeição a registo comercial ou a inscrição no Fichero Central de Pessoas Coletivas.

Consortia and Complementary Groupings of Companies; Condominiums with an asset value of less than 2 million euros or that do not have a stake of more than 50% held by a single shareholder, joint shareholders or singular persons.

The initial declaration of the Ultimate Beneficial Owner (EB), by entities subject to the RCBE, is done online on the "Portal da Justiça".

The initial declaration of the EB should be carried out within the following deadlines:

For entities incorporated before and up until the 1st October 2018

The first phase for the initial declaration started on 1 January 2019 and should be carried out by 30 June 2019 in stages, as follows:

- (a) until 30th April 2019, entities subject to commercial registration;*
- (b) until 30th June 2019, any other entities subject to the RCBE.*

For entities incorporated after the 1st October 2018

Within a period of 1 month from or registration in the Central Register of Legal Entities, the moment that determines the submission to commercial registration.



TECNOLOGIA. EXPERIÊNCIA. RIGOR. | TECHNOLOGY. EXPERTISE. RIGOR.

Registo Central do Beneficiário Efetivo

A Declaração RCBE

Central Register of Ultimate Beneficial Owner

The RCBE Declaration

A confirmação da exatidão, suficiência e atualidade da informação sobre o Beneficiário Efetivo passará a ser feita através de declaração anual, até ao dia 15 do mês de julho.

O acesso à informação sobre os Beneficiários Efetivos pode ser total ou parcialmente limitado, caso seja solicitado no momento do registo, quando se verifique que a sua divulgação é suscetível de expor a pessoa ao risco de fraude, rapto, extorsão, violência ou intimidação.

Consequências do incumprimento das obrigações declarativas do RCBE pelas entidades abrangidas:

- ☐ Coima entre € 1.000,00 a € 50.000,00, sendo-lhes vedado:
- ☐ Distribuir lucros;
- ☐ Celebrar contratos de fornecimento de bens, serviços e empreitadas com o Estado;
- ☐ Concorrer à concessão de serviços públicos;
- ☐ Admitir à negociação instrumentos financeiros em mercado regulamentado;
- ☐ Lançar ofertas públicas de instrumentos financeiros por si emitidos;
- ☐ Beneficiar de fundos comunitários;
- ☐ Aplicar o regime de "participation exemption"
- ☐ Intervir como parte na transmissão, constituição, aquisição ou alienação de direitos reais de gozo ou de garantia sobre bens imóveis.

The confirmation of the accuracy, sufficiency and timeliness of the information about the Ultimate Beneficial Owner will be made through an annual declaration, by the 15th of July.

Access to information on the Ultimate Beneficial Owner may be totally or partially limited, if requested at the time of registration, when it is found that its disclosure is likely to expose the person to the risk of fraud, kidnapping, extortion, violence or intimidation.

Consequences of non-compliance with the RCBE's reporting obligations for the entities concerned:

- ☐ *Fine between €1,000 - € 50,000, as well as a being unable:*
- ☐ *To distribute profits;*
- ☐ *To enter into contracts for the supply of goods, services and works with the State;*
- ☐ *To compete for the concession of public services;*
- ☐ *To apply to trade in financial instruments on a regulated market;*
- ☐ *To launch public offerings of financial instruments issued by themselves;*
- ☐ *To benefit from community funds;*
- ☐ *To apply to the "participation exemption" scheme;*
- ☐ *Intervene as part of the transfer, constitution, acquisition or divestiture of rights in rem to use or guarantee real estate property.*